



## **ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DO COMISSÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

No vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, realizou-se a décima nona reunião da Comissão do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, presidida pelo professor Alexandre Nascimento de Almeida e com a participação dos professores: Andréa de Oliveira Gonçalves; Lucijane Monteiro de Abreu; Luiz Honorato Silva Junior; Faltas justificadas: Geraldo Eustáquio Moreira; Jonilto Costa Sousa; Luciana de Oliveira Miranda Gomes; representante discente. Secretária: Kelli Adriane de Carvalho. A reunião teve a seguinte pauta de deliberação:

### **1. Informes**

Por meio de contato com o prof. Mauro, a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) solicitou uma proposta de minicurso sobre Políticas Públicas com 30h/a. Devido o prof. Mauro ter assumido compromisso de participar no Congresso da SOBER e também por uma demanda de agilidade da EPAGRI na realização da proposta, o prof. Luiz Honorato foi designado para fazer as tratativas, avaliar os meios para ofertar o curso e elaborar a proposta. A proposta, presente no Anexo 1, foi encaminhada e se encontra em avaliação pela EPAGRI. O prof. Luiz Honorato entende que esse minicurso pode ser uma oportunidade para a aproximação da EPAGRI com o PPGP e a construção de outras parcerias.

O prof. Alexandre informou que existe interesse do DGP em capacitar os servidores da UnB. As conversas serão iniciadas pelos professores Alexandre, Luiz Honorato e Lucijane.

O prof. Alexandre informou que o prof. Geraldo Eustáquio se prontificou a ser o orientador da discente Joana Rodolfo de Queiroz.

O prof. Alexandre informou que o discente Manoel Ferreira Ponte deu entrada no processo de trancamento justificado por motivo de saúde, para os períodos de 2015/2 e 2016/1, diretamente no SAA. O processo seguiu para a Junta Médica da UnB que homologou a solicitação do ex-aluno e devolveu o processo ao SAA para providenciar o trancamento justificado para os períodos solicitados. Dessa forma, a 2ª reprovação do ex-aluno na qualificação foi retirada do histórico. O professor reforçou que em nenhum momento o Programa foi comunicado oficialmente em relação ao trancamento justificado e retorno do ex-aluno ao programa. A CPG decidiu por solicitar esclarecimentos do SAA em relação ao trâmite e resultado do processo (Anexo 2). Ficou decidido que a matrícula do aluno e a designação de orientação só ocorrerão após o programa ser comunicado oficialmente pelo SAA. A prof (a). Andrea solicitou que deixasse registrado em Ata que se recusa a orientar e/ou fazer parte da banca do aluno Manoel Ferreira Ponte. A CPG decidiu que a delegação de orientação do aluno, bem como, a designação de possíveis membros de banca de avaliação que o aluno venha a ser submetido, não contará com professores: 1) que já tenham se envolvido na orientação do aluno; 2) que participaram como membro em banca de qualificação passada e 3) que participaram no julgamento do recurso do aluno. Em face das condições supracitadas, apenas em caso de não ser encontrado orientador para o aluno, o coordenador assumirá a orientação.

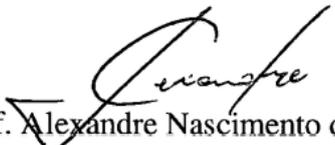


2. Processo seletivo para professor visitante internacional do PPGP:

A prof. (a) Andréa informou que montou processo solicitando duas vagas para a realização de processo seletivo para professor visitante internacional e encaminhou para o DGP/DPAM/CPROV. No dia 23/08, o PPGP foi comunicado que foi disponibilizada uma vaga para o processo seletivo. Dessa forma, para dar continuidade aos trâmites do processo, a CPG aprovou uma comissão de seleção composta pelos professores:

- Andréa de Oliveira Gonçalves (presidente);
- Maria Júlia Pantoja (membro interno);
- José Mathias Pereira (membro externo);
- Alexandre Nascimento de Almeida (suplente).

A reunião foi encerrada e, eu, Kelli Adriane de Carvalho, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e o Presidente do Colegiado.

  
Prof. Alexandre Nascimento de Almeida  
Presidente

  
Kelli Adriane de Carvalho  
Secretária do PPGP



Anexo 1. Proposta de minicurso encaminhada para a EPAGRI



Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

**Proposta de Minicurso: Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**

Carga-horária: 30 horas

Parceria PPGP/UnB e CEPA/EPAGRI

**Proposta de Minicurso**

**Ementa:**

Políticas públicas. Oferta e demanda por políticas públicas. Formulação, tipologias e ciclo de vida de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. Diferentes abordagens relacionadas à avaliação de programas governamentais. Construção de sistemas avaliativos e de estratégias para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa nas organizações do setor público.

**Objetivo do curso:**

Apresentar os principais conceitos de avaliação de políticas públicas para capacitar o aluno a realizar avaliações de políticas e programas governamentais.

**Conteúdo Programático:**

1. Nivelamento conceitual de Política pública
  - 1.1. Oferta e Demanda por políticas públicas
  - 1.2. Formulação de políticas públicas
  - 1.3. Ciclo de vida das políticas públicas
  - 1.4. O atual cenário das políticas rurais em curso no Brasil
2. Sistemas e métodos de avaliação de políticas públicas
  - 2.1. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais
  - 2.2. Métodos Básicos de Avaliação de impactos
  - 2.3. Métodos de Aleatorização
  - 2.4. Diferenças em Diferenças
  - 2.5. Métodos Alternativos de Avaliação
  - 2.6. Construção de indicadores para avaliar políticas públicas
  - 2.7. Instrumental analítico de dados

**Metodologia de Ensino:**

Aulas expositivas com a participação dos alunos e com a discussão dos principais temas ligados as políticas públicas da atualidade.

**Parâmetros de Avaliação:**

Elaboração de uma Nota Técnica ou *paper* a ser entregue em data previamente combinada e posterior ao período de aulas.

**Professores Responsáveis:**

- **Alexandre Nascimento de Almeida**  
Acesso ao Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9028104786496275>
- **Luiz Honorato da Silva Júnior**  
Acesso ao Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1741285388725128>
- **Mauro Eduardo Del Grossi**  
Acesso ao Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7311193008631856>



**Bibliografia Básica:**

BANCO MUNDIAL, Monitoramento e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, D.C: 2014. Disponível no site: <http://www.worldbank.org/ieg/ecd/tools/>

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. Disponível em: [http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/livro\\_aval\\_econ.pdf](http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/livro_aval_econ.pdf)

RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. Planejamento e políticas públicas, n 32 jan/julho, 2009.

TREVISAN, Andrei Pittol & VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, 42(3): 529-50, maio/jun. 2008.

Wooldridge, Jeffrey M. Introdução à econometria. Thomson Pioneira, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

AGUILAR, Maria José. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, Marta T. S. "Tendências no estudo sobre avaliação" in RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Social: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

BRANCO, Danyelle Karine Santos, SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato. ICMS Ecológico como indutor na criação de Unidades de Conservação: Uma Análise da política nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Pernambuco. In: XV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL - ANPEC SUL 2012, 2012, Porto Alegre. Anais do XV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.20, nº 59, 2005.

FIGUEIREDO, M.F. & FIGUEIREDO, A.M.C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referências teóricas. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, 1 (3), p. 107-127, set.-dez., 1986.

JANNUZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro, 36(1): 51-72, jan./fev. 2002.

RAVALLION, Martin. The mystery of vanishing benefits: Ms Speedy Analyst's introduction to evaluation. The World Bank Economic Review, v.15, n. 1, p. 115-140, 2001. ( tradução elaborada por Victor Maia Senna Delgado), disponível em : <http://aeconomiamarginal.blogspot.com/> ou <http://redebrasileirademea.ning.com/group/livros/forum/topics/revista-brasileira-de>

ROGERS, P. Introducción a la evaluación de impacto. Rockefeller Foundation. 2012.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato, PEDROSA, Beatriz Mesquita Jardim & SILVA, Márcio Francisco. Avaliação dos Impactos do ICMS Socioambiental na Criação de Unidades de Conservação e Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos em Pernambuco: Uma Análise a partir do Método de Diferenças-em-Diferenças. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, p. 557-572, 2013.

SOBRAL, Eryka Fernanda & SILVA JÚNIOR, L. H. . O ICMS Socioambiental de Pernambuco: Uma avaliação dos componentes socioeconômicos da política a partir do processo de Markov. Planejamento e Políticas Públicas, v. 42, p. 189-217, 2014.

SOUSA, R.P. & VALTSMAN, J. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação. Jan –junho de 2011, no. 1. SAGI: Brasília.



**Cronograma:**

Horas-aula	Conteúdo
2/30	Nivelamento conceitual de Política pública
4/30	Oferta e Demanda por políticas públicas
6/30	Formulação de políticas públicas
8/30	Ciclo de vida das Políticas Públicas
10/30	O atual cenário das políticas rurais em curso no Brasil
12/30	Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais
14/30	Métodos Básicos de Avaliação de impactos
16/30	Métodos Básicos de Avaliação de impactos
18/30	Métodos de Aleatorização
20/30	Diferenças em Diferenças
22/30	Métodos Alternativos de Avaliação
24/30	Construção de indicadores para avaliar políticas públicas
26/30	Instrumental analítico de dados
28/30	Instrumental analítico de dados
30/30	Instrumental analítico de dados

**Orçamento:**

Descrição da atividade	Quantidade (horas)	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento	30	265,00	7.950,00
Elaboração de material didático	27	260,00	7.020,00
Totais	57	-	14.970,00

Fontes: Resolução do Conselho de Administração da UnB nº 04/2012. Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007.

Obs.: Os custos com passagens e diárias devem ficar por conta do CEPA/EPAGRI. Além disso, o CEPA/EPAGRI fica encarregado em ofertar sala de aula compatível para o curso.



Anexo 2. Solicitação de esclarecimento ao SAA

Faculdade UnB de Planaltina - FUP  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP



Brasília, 29 de agosto de 2016

DO: Prof. Alexandre Nascimento de Almeida

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP

AO: Arnaldo Carlos Alves

Secretaria de Administração Acadêmica - SAA

ASSUNTO: TRANCAMENTO GERAL JUSTIFICADO DE MATRÍCULA POR MOTIVO DE SAÚDE DO ALUNO MANOEL FERREIRA DA PONTE. MATRÍCULA: 14/0122672

Senhor Secretário de Administração Acadêmica

O aluno Manoel Ferreira da Ponte, matrícula 14/0122672, foi desligado do PPGP no 2º semestre 2015 decorrente de ter obtido duas reprovações em exame de qualificação, conforme Resolução CEPE nº 91/2004. O mesmo recorreu junto ao programa alegando ter havido injustiças no seu processo de desligamento, entretanto, após análise de seu requerimento o PPGP reunido em seu colegiado no dia 28/06/2016 decidiu manter a decisão por não ter encontrado razões para mudança de entendimento, conforme se pode verificar na ata da vigésima quinta reunião ordinária do colegiado do programa. Posteriormente, o PPGP teve conhecimento de que o ex-aluno, após o seu desligamento, solicitou diretamente ao SAA o trancamento geral da sua matrícula, alegando motivos de saúde. Então, o SAA encaminhou o pedido do ex-aluno para junta médica da UnB, o pedido foi deferido e o SAA efetivou o trancamento retroativo da matrícula do ex-aluno para o 2º semestre de 2015 e também para o 1º semestre 2016, invalidando uma reprovação em qualificação e resultando na sua reintegração. O PPGP **ainda não foi comunicado pelo SAA sobre o trâmite e nem sobre o deferimento do recurso do ex-aluno**, tomando conhecimento pelo próprio interessado. Diante do exposto, o PPGP solicita esclarecimentos desta secretaria a respeito dos fatos ocorridos com a finalidade de tomar as medidas cabíveis em relação ao caso. Se eventualmente as informações obtidas condizem com os fatos e a reintegração houve efetivamente este programa deverá tomar decisões acadêmicas efetivas como, por exemplo, matricular o ex-aluno e designar novo orientador para o mesmo. Ainda com relação a este



processo e com o fito de se harmonizar os procedimentos dentro do PPGP, o programa solicita respostas das seguintes dúvidas:

- 1) É possível fazer trancamento geral de matrícula por motivos de saúde e, conseqüentemente, invalidar decisões retroativas ao trancamento? O SAA possui autonomia para realizar esse trancamento sem consultar ao programa afetado?
- 2) Faz parte da normalidade do SAA encaminhar recurso de estudante da pós-graduação para trancamento geral de matrícula por motivos de saúde e não comunicar ao programa sobre o trâmite e resultado do processo?

Atenciosamente

---

Prof. Alexandre Nascimento de Almeida  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Gestão Pública – PPGP/UnB